



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Polícia Civil  
Subsecretaria de Gestão Administrativa

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviço comum de engenharia para continuidade das adequações no 9º pavimento do prédio Sede da SEPOL, localizado na Rua da Relação nº42, Centro, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), o Decreto Estadual 48.816/2023 (Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro), e Decreto Estadual nº 48.929/2024 (Dispõe sobre os parâmetros para a realização de pesquisa de preços e elaboração de orçamento de referência nos procedimentos administrativos para a contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia).

#### 1.1. Justificativa da necessidade de contratação

Trata-se de processo administrativo visando atender demanda do Serviço de Engenharia com o objetivo de instaurar processo licitatório para prestação de serviço visando a continuidade à Reforma do 9º Pavimento do Prédio Sede - SEPOL, cuja reforma fora tratada anteriormente pelo procedimento SEI-360293/000216/2021, no entanto a empresa contratada por meio de licitação, não cumpriu o contrato e houve a rescisão, deixando muitos serviços a serem executados.

Através de uma inspeção visual, realizada por engenheiros do Setor de Engenharia SEM/DGAF, foram observados diversos tipos de deteriorações, bem como o mau estado de conservação do ambiente, que encontra-se inutilizável, assim faz-se necessário a intervenção nos ambientes do 9º pavimento do prédio Sede, para que volte a ser ocupado e seus servidores voltem a fazer uso do espaço, com segurança, conforto e dignidade.

Em razão dessa preocupação, foi solicitada uma vistoria pelo Serviço de Engenharia e Manutenção/DGAF para análise e extensão dos danos.

Recentemente o local foi vistoriado novamente, ficando constatado em termos gerais a estrutura verificada na unidade, encontra-se em mau estado de conservação, sendo detectado ao exame visual e externamente considerado, será necessário realização de recomposições e correções nas áreas identificadas em outro processo. A permanência dessas questões ressalta a necessidade de se tomar medidas corretivas para assegurar o funcionamento adequado e seguro das operações.

É imprescindível que todos os apontamentos apresentados no item "Resumo de Vistoria" id. 125270664 sejam sanados.

Por tais razões apresentadas acima, faz-se necessária a contratação de empresa especializada de serviço comum de engenharia para as adequações de serviços comum de engenharia, englobando intervenções físicas na edificação contemplando os serviços nas áreas: civis, instalações elétricas e hidro sanitárias e de climatização dos ambientes, no 9º pavimento do prédio Sede da SEPOL, localizado na Rua da Relação nº42, Centro.

#### 1.2. Instrumento de planejamento

Foi solicitada a inclusão da presente demanda está prevista no Plano Anual de Contratações de 2026 SEI-360018/000303/2026.

1.3. Resultados pretendidos do atendimento da demanda

- a) Garantir um espaço adequado para os servidores.
- b) Dar continuidade à demanda de reestruturação e ampliação do DGCOR.

2. ANÁLISE DE CENÁRIO

2.1. Levantamento das soluções de mercado

Em consulta ao mercado, visando buscar a solução que melhor atenda as demandas apresentadas, foram identificadas duas alternativas:

CENÁRIO 1 - Reparo com utilização de mão de obra da SEPOL	
VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Redução de custos:</b> Não há a necessidade de pagamento de uma empresa externa, o que pode resultar em uma economia significativa.</li><li>• <b>Agilidade:</b> Caso a equipe interna já esteja treinada e disponível, o reparo pode ser realizado de forma mais rápida e eficiente, sem depender de um processo licitatório.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Limitações técnicas:</b> A equipe interna pode não ter a capacitação necessária para realizar reparos adequados, o que pode comprometer a qualidade do serviço e levar a custos maiores no futuro (caso falhas ocorram e necessitem de novos reparos).</li></ul>

Não há servidor do quadro efetivo da SEPOL com especialização específica para o serviço. Os servidores da SEPOL estão alocados em suas atividades precípuas, não dispondo, em seu quadro de pessoal, de profissionais com atribuições técnicas que possam se dedicar ao desempenho de tarefas de manutenção predial; razão pela qual resta inviável a compra isolada dos materiais para prestação do serviço. Assim, outra solução necessita ser apreciada.

CENÁRIO 2 - Contratação de empresa especializada via pregão eletrônico para a mão de obra e fornecimento de materiais	
VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Especialização:</b> Empresas especializadas possuem conhecimento técnico e experiência em reparos desse tipo, garantindo maior qualidade e eficiência no serviço.</li><li>• <b>Cumprimento da legislação:</b> A contratação por pregão eletrônico assegura o cumprimento da Lei 14.133/21, promovendo a transparência, a competitividade e a escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública.</li><li>• <b>Controle de custos:</b> O pregão eletrônico possibilita uma ampla pesquisa de preços e uma negociação mais eficiente.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Tempo de contratação:</b> A realização do processo licitatório (pregão eletrônico) pode levar tempo, o que pode atrasar o início da obra, caso haja urgência no reparo.</li><li>• <b>Complexidade do processo:</b> Embora o serviço seja de baixa complexidade, o processo licitatório pode ser burocrático e exigir acompanhamento especializado, o que pode gerar custos administrativos.</li></ul>

CENÁRIO 3 - Contratação de empresa especializada via pregão eletrônico apenas para a mão de obra + contratação para aquisição de materiais	
VANTAGENS	DESVANTAGENS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Controle total sobre os materiais:</b> A administração pública pode especificar os materiais a serem usados, garantindo que atendam às necessidades técnicas e orçamentárias do projeto.</li> <li>• <b>Possibilidade de economia:</b> Caso a administração pública tenha acesso a preços mais baixos por meio de compras em grande quantidade ou por meio de contratos já firmados para fornecimento de materiais, ela pode obter um custo menor ao adquirir os materiais diretamente.</li> <li>• <b>Maior flexibilidade na escolha de fornecedores:</b> A administração pública pode selecionar fornecedores com base em licitações ou pregões específicos para o fornecimento de materiais, o que pode resultar em condições mais vantajosas, como descontos ou melhor qualidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Gestão mais complexa:</b> A administração pública precisa gerenciar separadamente os contratos de fornecimento de materiais e a contratação da mão de obra, o que pode aumentar a complexidade administrativa e exigir mais recursos e tempo.</li> <li>• <b>Riscos de incompatibilidade entre materiais e execução:</b> Existe o risco de que os materiais fornecidos pela administração pública não sejam adequados para a execução do serviço, ou que a mão de obra contratada não consiga utilizá-los corretamente. Isso pode resultar em retrabalho, atrasos e custos adicionais.</li> <li>• <b>Potencial para atrasos:</b> Caso os materiais não sejam entregues no prazo ou haja algum problema com os fornecedores, isso pode afetar o andamento da obra, gerando atrasos e impactos no cronograma.</li> <li>• <b>Responsabilidade compartilhada:</b> Com a administração pública fornecendo os materiais, a responsabilidade pela escolha e fornecimento dos itens recai sobre ela. Caso haja problemas com os materiais, a empresa de mão de obra pode não ser responsabilizada diretamente, o que pode gerar litígios ou complicações.</li> </ul>

A solução 2 é a que melhor se adequa à realidade da SEPOL considerando-se as vantagens de garantia de qualidade, agilidade na execução, gestão simplificada, redução de riscos, atribuição da responsabilização civil, bem como o potencial de economia de escala, junto aos fornecedores de materiais.

Tal solução apresenta-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, com forma e condições de execução dos serviços em empresas privadas solidificadas atuantes no ramo empresarial da construção civil, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado.

Tal solução apresenta-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, com forma e condições de execução dos serviços em empresas privadas solidificadas atuantes no ramo empresarial da construção civil, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado.

Conforme as planilhas orçamentária id.125264977, verifica-se que o serviço apresenta baixa complexidade em sua realização, não se caracterizando como obra ou serviço especial de engenharia.

Analisando a oferta disponível no mercado regional (através de pesquisa no Portal de compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro), verifica-se um número expressivo de empresas que desempenham esse tipo de serviço, possuindo *expertise* na área. Com base na economicidade, eficiência e padronização, e, a fim de mitigar os riscos da Administração Pública para atendimento do objeto sob estudo, observa-se que o modelo mais eficiente capaz de atender às necessidades de reparo do espaço consiste na transferência do serviço (incluindo o fornecimento de materiais e a garantia aplicada ao serviço) a uma pessoa jurídica especializada.

Assim, por essas razões, resta justificada a execução indireta do serviço.

### 2.2. Avaliação comparativa (Benchmarking)

Através da análise estratégica das compras públicas, é possível identificar as melhores práticas para a contratação deste estudo. Assim, a partir do *benchmarking* de contratações realizadas pelos Portais Compras RJ <[www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br)> e Comprasnet <<https://www.gov.br/compras/pt-br/assuntos/consultas-1>>, foi possível realizar o *benchmarking*.

### **2.2.1 Contratações similares feitas pelo próprio órgão/entidade**

Em pesquisa através do SIGA-RJ (Id. 70314), identificou-se que a SEPOL nos anos de 2021 a 2023 realizou contratações envolvendo pequenos reparos.

- SEI-360068/000106/2022: Reparo das infiltrações e substituição de telhas quebradas, impermeabilização das calhas e recuperação do reboco, e pintura das sala no Prédio Sede do Serviço de Transporte (PA2-G2), localizado na Rua Santa Filomena, nº 1 Bairro Praça da Bandeira.

- SEI-360293/000216/2021: Reparos e melhorias no 9º andar do prédio-sede da SEPOL.

- SEI-360068/001529/2021: Adequação do espaço a ser ocupado pelo arquivo do Núcleo de Protocolo Geral/ATA.

- SEI-360068/001491/2020: Serviços comuns de engenharia, para reparo do telhado da PPCJCM e da DECRADI;

- SEI-360050/000071/2020: Reparo do telhado e a correção das áreas afetadas por infiltrações no edifício onde abriga a administração, da Academia de Polícia Civil – ACADEPOL.

- SEI-360068/00849/2021: Reparo do telhado e a Correção das áreas afetadas por infiltrações no prédio aonde abriga o Museu Provisório.

### **2.2.2. Contratações similares feitas por outros Órgãos e Entidades**

Em consulta no SIGA-RJ, pelo Id. 70314, identificou-se que nos últimos dois anos outros entes vinculados ao Estado do Rio de Janeiro realizaram esse código SIGA para a realização de serviços de baixa complexidade:

- SEAP- SEI-210045/000049/2024 - Prestação de serviço de recuperação/reforço estrutural da muralha de segurança externa;

- DER-RJ - SEI-330002/002748/2024: Prestação de serviços de engenharia;

- FSERJ -SEI-080007/000539/2022: Serviços de engenharia para adequação de edificação existente para o Rio Imagem.;

- SECEC - SEI-180007/000513/2022: Implantação de Sala de Dança - BPE.;

- FAETEC - SEI-260005/002059/2021 : Reforma ISERJ.;

- UERJ - SEI-260007/031602/2021 : Prestação de serviços de engenharia na edificação principal.

Ao observar os objetos das contratações, notam-se distinções de serviços, quantitativos e etc., diferenciando-se dos reparos que estão sendo analisados neste ETP.

Já no levantamento realizado com base no código CATSER 1627 (aplicado nas contratações desenvolvidas no Comprasnet), tendo como filtro os últimos doze meses, surgem mais de 100 (cem resultados), associados a uma pluralidade de objetos. Exemplos: manutenção predial preditiva, preventiva e corretiva (Nº Pregão: 52021 / UASG:158132), serviço de readequação de espaço físico (Nº Pregão: 672021 / UASG:120006), serviço de manutenção preventiva, corretiva e adequação de espaço (Nº Pregão: 892021 / UASG: 120629).

### **2.2.3. Consulta ao Mercado**

Em consulta ao Portal de Compras do Governo do Estado, bem como ao Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), identifica-se um número expressivo de empresas que desempenham esse tipo de serviço. Trata-se de um

mercado amplo, tendo um número grande de participantes dos mais diversos portes (microempresa, sociedade limitada, e outros).

No Estado do Rio de Janeiro, foram localizados dezenas de fornecedores, reforçando assim o número elevado de empresas que potencialmente podem participar da futura disputa, conforme tabela abaixo:

Nome	CNPJ	Contato
MULTISERVICOS PLENITUDE LTDA	36.347.215/0001-20	(21) 7018-7813
SEMAG CONTRUCOES E MANUTENCAO LTDA	17.911.138/0001-45	(21) 3309-8030 arifusco@hotmail.com
NOVASUPRI COMERCIO E SERVICOS EM GERAL LTDA	33.795.405/0001-12	(21) 8071-7696 contato@limaebrites.com.br
METRO 2 CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	33.497.269/0001-84	(21) 8105-5286/ (21) 7929-7459 contato.m2constru@gmail.com

2.3. Institucional e Legal

- a) Lei nº 14.133/2021, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- b) Decreto Estadual nº 48.778/2023, que regulamenta as licitações pelos critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional
- c) Decreto Estadual nº 48.816/2023, regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- d) Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- e) Decreto nº 48.929 de 25 de janeiro de 2024 dispõe sobre os parâmetros para a realização de pesquisa de preços e elaboração de orçamento de referência nos procedimentos administrativos para a contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
- f) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências;
- g) Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil;
- h) Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977. Institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Pr fissional, e dá outras providências;
- i) ABNT NBR 13531/1995. Elaboração de projetos - Atividades técnicas;
- j) Demais Normas ABNT relativas ao objeto;
- k) Norma Brasileira NBR 5674 de 2012- Manutenção de Edificações;
- l) Norma Brasileira NBR 16280 de 2014 - Reforma em Edificações;
- m) Norma Brasileira NBR 14037 de 2011- Uso, Operação Manutenção de Edificações;
- n) Norma Brasileira ABNT NBR 15575-5:2021 - Desempenho de Edificações;
- o) Norma Brasileira NBR 12170/2017- Versa sobre os materiais de impermeabilização.

2.4. Estimativa da quantidade

O Serviço de Engenharia e Manutenção realizou nova vistoria do local, após a avaliação de campo, os profissionais utilizaram-se de sua experiência para identificar as intervenções necessárias, gerando o Relatório de vistoria, id.125270664 e a atualização das planilhas EMOP, no id.125264977.

Os serviços a serem prestados estão estimados nas planilhas id.125264977, atualizadas em dezembro/2025 pelo Serviço de Engenharia e Manutenção da SEPOL.

## 2.5. Estimativa de preços

O decreto nº 48.929 de 25 de janeiro de 2024, estabelece os critérios para a realização de pesquisa de preços e para elaboração de orçamento de referência nas demandas para contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, no âmbito da Administração Pública Estadual direta.

Em relação ao valor máximo destinado ao serviço, a EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro) é responsável pela manutenção de um banco de preços no segmento de obras e serviços de engenharia, razão pela qual o preço estimado da contratação segue os valores indicados nesta base técnica. Com isso, cumpre-se o previsto no art. 3º do Decreto nº 48.929 de 25 de janeiro de 2024.

"art. 3º O valor estimado da contratação, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI de referência, será definido por meio da composição de custos unitários do item correspondente nos boletins da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EMOP, na forma do art. 1º, do Decreto nº 302, de 14 de agosto de 1975, combinado com o inciso IX, do art. 3º, do Decreto nº 15.122, de 19 de julho de 1990."

Para a determinação do valor estimado da contratação, foram realizados dois orçamentos (com e sem desoneração). O valor máximo aceitável para a contratação é o menor dentre os dois levantados.

O valor máximo aceitável para a contratação é o menor dentre os dois levantados.

O valor global desonerado, é de **R\$ 219.581,61 (duzentos e dezenove mil quinhentos e oitenta e um reais e sessenta e um centavos)** e o valor global onerado é de **R\$ 209.352,47 (duzentos e nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos)**, conforme planilhas orçamentárias, id.125264977.

Assim, o valor máximo aceitável para a presente contratação será o valor da **planilha onerada**, de **R\$ 209.352,47 (duzentos e nove mil trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos)**

## 2.6. Audiência Pública

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados de engenharia, porém de baixa complexidade.

Desta forma, não se aplica a realização de audiência pública prevista no art. 21 da Lei 14.133/2021.

## 2.7. Análise de possibilidade de parcelamento do objeto

O serviço a ser contratado não é tecnicamente parcelável, uma vez que envolve a execução concomitante e encadeada de vários serviços simples (com base no cronograma físico financeiro), razão pela qual o parcelamento da contratação descaracterizaria a natureza do objeto. Além disso, o parcelamento geraria óbice na etapa de gestão e fiscalização do contrato, uma vez que se teria dificuldade na aferição da responsabilidade (e consequentemente, a garantia) pela execução de determinada parcela do serviço.

Ressalta-se que em serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega do serviço.

Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a Administração Pública e representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

## **2.8. Da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas**

No presente estudo analisou-se a possibilidade de aplicação das regras estabelecidas no art. 48, incisos I, II e III da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

O inciso I do referido artigo estabelece que o processo licitatório deve ser destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando o valor dos itens de contratação for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

O inciso II (que permite que tais empresas sejam subcontratadas). Já o inciso III estabelece que, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deve ser destinada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

O legislador pátrio buscou fomentar a participação dessas empresas em licitações, pensando no desenvolvimento local e regional que essas empresas poderão desempenhar quando incrementam as suas atividades. Segundo o site do [SEBRAE](#), mais da metade dos empregos com carteira assinada do ambiente privado advém das micro e pequenas empresas.

No entanto, o cumprimento dessa exigência legal não pode ser absoluto, a ponto de gerar prejuízos à Administração Pública. Por força disso, o art. 49 da mesma lei estabelece as situações em que o disposto nos artigos 47 e 48 não se aplicam:

- Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

- Quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

A lei em seu art. 49, inciso II, é bem clara quanto ao status do fornecedor ME e EPP que deve ser mapeado no momento do estudo. Além do quantitativo mínimo de 3 (três) fornecedores, os mesmos precisam ser competitivos (ou seja, participarem de licitações) e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Significa dizer que as empresas devem existir e terem interesse em participar de compras governamentais.

No tocante a aplicação do art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/2006, identificou-se que o preço médio global estimado do serviço no presente processo, supera o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), afastando assim, a aplicação da exclusividade da participação das microempresas e empresas de pequeno porte, abarcados na legislação acima citada.

Além do mais, pelo fato da presente demanda não se tratar de aquisição de bens de natureza divisível, também não fará jus a cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação, conforme artigo 48, inciso III, e ao disposto no inciso II da Lei complementar 123/2006.

Por todos os argumentos apresentados, concluiu-se no presente estudo pela inaplicabilidade do art. 48, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

## **2.9. Conclusão da análise de cenário**

Atualmente, a SEPOL não possui um contrato de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais, insumos e mão de obra, bem como para a realização dos serviços demandados.

Dessa forma, a única solução viável para o atendimento da necessidade consiste na contratação de empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Termo de Referência. Entendemos, portanto, que a

contratação nos presentes termos atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor e às necessidades da SEPOL.

Conclui-se que a contratação de empresa para a realização de todo o serviço de reparo (incluídos materiais, ferramentas, EPI, e outros, com garantia da qualidade da execução) é a forma mais viável para atendimento da necessidade do setor requisitante.

3. SOLUÇÃO

3.1. Definição sucinta do objeto

Contratação de empresa especializada de serviço comum de engenharia para continuidade das adequações no 9º pavimento do prédio Sede da SEPOL, localizado na Rua da Relação nº42, Centro.

3.2. Identificação dos itens, quantidades e unidades

De acordo com o portal de compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro, o objeto a ser contratado apresenta a seguinte catalogação:

Item	Código/ID SIGA	Descrição (SIGA)	Unidade de Fornecimento	Quantitativo
01	0676.001.0001 (ID: 70314)	REFORMAS - DESCRICAO: CONTRATACAO DE SERVICOS DE EXECUCAO DE OBRAS CIVIS OU SERVICOS DE ENGENHARIA, COM OU SEM INSTALACOES PREDIAIS -	Serviço	01

3.2.1. Descrição do serviço

Deve-se ressaltar que os serviços apresentados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) decorrem dos serviços propostos na planilha de quantidades e preços, que são resultantes da pesquisa de necessidades e inspeção feitas pelo Serviço de Engenharia e Manutenção da SEPOL. Dessa forma, os quantitativos foram obtidos por meio de vistorias, levantamentos e análises com vistas às necessidades dos serviços a serem executados.

Recentemente a equipe técnica realizou nova vistoria no local, após a avaliação de campo, os profissionais utilizaram-se de sua experiência para identificar as intervenções necessárias conforme consta no Relatório de vistoria, id.125270664.

De acordo com as planilhas EMOP, ref.dezembro/2025, desenvolvidas no id. 125264977, os seguintes serviços deverão ser executados:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE
1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
1.1	05.105.0127-0	MAO-DE-OBRA DE ENCARREGADO DE OBRA,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	EMOP	MES	1,00
1.2	AD 40.05.0122 (/)	Engenheiro, arquiteto ou geólogo jr (inclusive encargos sociais).	SCO	h	16,00



1.3	05.100.0900-0	UNIDADE REF.P/COMPL.ADM LOCAL,CONSID:CONSUMO AGUA,TEL.ENERGIA ELETR.MAT.LIMPEZA ESCRITORIO,COMPUTADORES LICENCA OBRA,MOVEIS UTENSILIOS,AR COND.BEBEDOURO,ART,RRT,FOTOGRAFIAS,UNIFORMES,DARIAS,EXAMES ADMISSIONAIS,PERIODICOS E DEMISSIONAIS,CURSOS CAPACITACAO/TREINAMENTO ITENS COMPLEMENTEM DESP.NECESS.EXCL.DESP.C/CAFE	EMOP	UR	13,38
<b>2. TRANSPORTES</b>					
2.1	04.014.0095-0	RETIRADA DE ENTULHO DE OBRA COM CACAMBA DE ACO TIPO CONTAINER COM 5M3 DE CAPACIDADE, INCLUSIVE CARREGAMENTO, TRANSPORTE EDESCARREGAMENTO.CUSTO POR UNIDADE DE CACAMBA E INCLUI A TAXA PARA DESCARGA EM LOCAIS	EMOP	UN	1,00
<b>3. SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>					
3.1	05.001.0350-0	LIMPEZA DE VIDROS, FEITA NOS DOIS LADOS, CONTADO UM LADO	EMOP	M2	99,43
3.2	05.001.0365-0	LIMPEZA DE PISOS CERAMICO, MARMORE OU GRANITO (SEM POLIMENTO)	EMOP	M2	355,96
3.3	05.001.0370-0	LIMPEZA DE APARELHOS SANITARIOS, INCLUSIVE METAIS	EMOP	UN	3,00
3.4	05.001.0055-0	REMOCAO DE FORRO DE ESTUQUE, GESSO, PLACAS PRENSADAS E SEMELHANTES	EMOP	M2	34,59
3.5	99826	LIMPEZA DE FORRO REMOVÍVEL COM PANO ÚMIDO. AF 04/2019	SINAPI	M2	103,15
3.6	05.001.0876-0	RASPAGEM COM ESPATULA DE ACO OU ESCOVA DE ACO PARA REMOCAO DE CRAQUELE DE PINTURA	EMOP	M2	37,43
3.7	05.001.0160-0	PERCUSSAO COM BATIDAS LEVES, SEM RETIRADA DO MATERIAL SOLTO	EMOP	M2	21,69
<b>4. REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS</b>					
4.1	13.398.0025-0	RODAPE EM MADEIRA DE LEI, COM SECAO DE 7X2CM, PREGADO EM TACOSEMBUTIDOS NA ALVENARIA	EMOP	M	53,75
4.2	13.196.0102-0	FORRO REMOVIVEL COMPOSTO DE FIBRA MINERAL COM PLACA DE BORDAQUADRADA DE 625X1250MM, ESP.APROXIMADA 13, 0MM, C/INDICE DE ABSORCAO ACUSTICA, ESTRUTURADO EM PERFIS TIPO "T" DE ACO GALVANIZADO, ALUMINIO OU DE LIGAS DE ALUMINIO, ESP.MINIMA DE 0, 5MM C/PINTURA ELETROSTATICA, SUSPENSO POR MEIO DE PENDURAS EM ACO GALVANIZADO, FIXADOS EM ESTRUTURA SUPERIOR.FORN. E COLOCACAO	EMOP	M2	46,81
4.3	13.196.0030-0	FORRO REMOVIVEL COMPOSTO GESSO ACARTONADO, TIPO STANDARD A SER APLICADO NO SISTEMA DRYWALL, C/PLACA BORDA QUADRADA 625X1250MM, ESP.6,5;9,5 OU 12,5MM, ESTRUTURADO EM PERFIS TIPO TRAVESSA "T" ACO GALVANIZADO, ALUMINIO OU LIGAS DE ALUMINIO, ESP.MINIMA DE 0,5MM COM PINTURA ELETROSTATICA OU CONVENCIONAL, SUSPENSA POR MEIO DE PENDURAS, FIX.EM	EMOP	M2	2,70
4.4	13.001.0015-0	EMBOCO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:1, 5 COM 1, 5CM DE ESPESSURA, INCLUSIVE CHAPISCO DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3	EMOP	M2	23,79
4.5	13.331.0015-0	REVESTIMENTO DE PISO CERAMICO EM PORCELANATO, ACABAMENTO DA BORDA RETIFICADO, NO FORMATO (60X60)CM, PARA USO EM AREAS COMERCIAIS COM TRAFEGO INTENSO, CONFORME ABNT NBR ISO 13006, ASSENTE EM SUPERFICIE NIVELADA COM ARGAMASSA COLANTE E REJUNTAMENTO PRONTO	EMOP	M2	5,76

4.6	13.030.0291-0	REVESTIMENTO DE PAREDES COM CERAMICA, COM MEDIDAS EM TORNO DE(32X57)CM, ASSENTE CONFORME ITEM 13.025.0058	EMOP	M2	1,30
4.7	13.025.0020-0	REJUNTAMENTO DE AZULEJOS, PASTILHAS OU LADRILHOS, EM PAREDES, COM PASTA DE CIMENTO BRANCO	EMOP	M2	1,75
4.8	13.001.0106-0	RECOMPOSICAO DE REVESTIMENTO COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, NO TRACO 1:3 COM 2CM DE ESPESSURA, ADITIVADA COM 10% DE MICROSSILICA	EMOP	M2	0,05
<b>5. ESQUADRIAS DE PVC, FERRO, ALUMÍNIO OU MADEIRA, VIDRAÇAS E FERRAGENS</b>					
5.1	14.004.0010-0	VIDRO PLANO TRANSPARENTE, COMUM, DE 3MM DE ESPESSURA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M2	0,50
5.2	14.004.0200-0	PELICULA DE SEGURANCA ANTI-IMPACTO E CONTROLE SOLAR.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M2	99,43
5.3	14	Fecho Alavanca Maxim Ar Alumínio Linha 25 E 30	Composições Próprias	UN	20,00
5.4	100695	RECOLOCAÇÃO DE FOLHAS DE PORTA DE MADEIRA LEVE OU MÉDIA DE 60CM DE LARGURA, CONSIDERANDO REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL. AF 12/2019	SINAPI	UN	1,00
5.5	14.002.0260-0	SUPORTE PARA APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE 1 A 2HP, EM CANTONEIRA DE FERRO DE 1.1/4"X1/8".FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	10,00
5.6	14.007.0280-0	DOBRADICA 3"X3",DE LATAO CROMADO,COM PINO,BOLAS E ANEIS DE LATAO.FORNECIMENTO	EMOP	UN	1,00
<b>6. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS</b>					
6.1	15.019.0015-0	TOMADA DUPLA DE PISO, EM CORPO DE ALUMINIO FUNDIDO E TAMPA EMLATAO POLIDO, 10A/250V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	54,00
6.2	15.019.0050-0	TOMADA ELETRICA 2P+T, 10A/250V, PADRAO BRASILEIRO, DE EMBUTIR, COM PLACA 4"X2".FORNECIMENTO E COLOCACAO.	EMOP	UN	12,00
6.3	15.005.0215-0	ASSENTAMENTO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9000 A 30000 BTU/H, COM 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, (VIDE FORNECIMENTO DO APARELHO NA FAMILIA 18.030) INCLUSIVE ACESSORIOS DE FIXACAO, EXCLUSIVE ALIMENTACAO ELETRICA E INTERLIGACAO CONDENSADOR/EVAPORADOR (VIDE ITEM 15.005.0240)	EMOP	UN	10,00
6.4	15.020.0173-0	LAMPADA LED, TUBULAR, 1200MM, T8, 18W, FLUXO LUMINOSO EM TORNO DE1850LM	EMOP	UN	76,00
6.5	15.015.0271-0	INSTALACAO DE UM CONJUNTO DE 2 TOMADAS, APARENTE, EQUIVALENTEA 3 VARAS DE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 3/4", 27, 00M DE FIO2, 5MM2, CAIXAS, CONEXOES E TOMADAS DE SOBREPOR 2P+T, 10A	EMOP	UN	10,00
6.6	15.015.0203-0	INSTALACAO DE PONTO DE TELEFONE E LOGICA, COMPREENDENDO:2 VARAS DE ELETRODUTO DE 3/4", CONEXOES E CAIXAS, EXCLUSIVE CABOS OU FIOS	EMOP	UN	36,00
6.7	15.019.0095-0	TOMADA TIPO RJ45, DE EMBUTIR, COMPLETA, PARA LOGICA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	80,00
6.8	15.005.0240-0	TUBULACAO EM COBRE PARA INTERLIGACAO DE AR-CONDICIONADO SPLIT CONDENSADOR/EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, INCLUSIVE ISOLAMENTO TERMICO, INTERLIGACAO ELETRICA, CONEXOES E FIXACAO, PARA APARELHOS DE 9000 A 30000 BTU/H.FORNECIMENTO E INSTALACAO	EMOP	M	211,78
6.9	15.005.0240-0	TUBULACAO EM COBRE PARA INTERLIGACAO DE AR-CONDICIONADO SPLIT CONDENSADOR/EVAPORADOR, CONFORME ABNT NBR 16655, INCLUSIVE ISOLAMENTO TERMICO, INTERLIGACAO ELETRICA, CONEXOES E FIXACAO, PARA APARELHOS DE 9000 A 30000 BTU/H.FORNECIMENTO E INSTALACAO	EMOP	M	11,00

6.10	15.015.0173-0	INSTALACAO DE PONTO DE FORCA ATE 4CV, EQUIVALENTE A 2 VARAS DE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 3/4", 20, 00M DE FIO 4MM2, CAIXASE CONEXOES	EMOP	UN	8,00
6.11	15.015.0177-0	INSTALACAO DE PONTO DE FORCA PARA 10CV, EQUIVALENTE A 2 VARASDE ELETRODUTO DE PVC RIGIDO DE 1", 20, 00M DE FIO 6MM2, CAIXASE CONEXOES	EMOP	UN	3,00
6.12	15.018.0015-0	CAIXA DE LIGACAO DE ALUMINIO SILICIO, TIPO CONDULETES, NO FORMATO B, DIAMETRO DE 3/4".FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	10,00
6.13	15.007.0208-0	HASTE PARA ATERRAMENTO, DE COBRE DE 5/8"(16MM), COM 3, 00M DE COMPRIMENTO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	3,00
6.14	15.007.0570-0	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, MONOPOLAR, DE 10 A 32A, 3KA, MODELO DIN, TIPO C.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	25,00
6.15	15.007.0575-0	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, BIPOLAR, DE 10 A 32A, 3KA, MODELO DIN, TIPO C.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	6,00
6.16	15.007.0605-0	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, TRIPOLAR, DE 80 A 100A, 3KA, MODELO DIN, TIPO C.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	2,00
6.17	15.007.0608-0	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, TRIPOLAR, DE 125 A 160A, 50KA, MODELOCAIXA MOLDADA, TIPO C.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	1,00
6.18	15.007.0609-0	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO, TRIPOLAR, DE 180 A 225A, 50KA, MODELOCAIXA MOLDADA, TIPO C.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	2,00
6.19	15.007.0435-0	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA, 150A, PARA DISJUNTORES TERMO-MAGNETICOS UNIPOLARES, DE SOBREPOR, COM PORTA E BARRAMENTOSDE FASE, NEUTRO E TERRA, TRIFASICO, PARA INSTALACAO DE ATE 50 DISJUNTORES COM DISPOSITIVO PARA CHAVE GERAL.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	1,00
6.20	15.008.0105-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, COMPREENDENDO:PREPARO, CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 16MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	60,00
6.21	15.008.0110-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, COMPREENDENDO:PREPARO, CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 25MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	10,00
6.22	15.008.0112-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, COMPREENDENDO:PREPARO, CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 35MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	40,00
6.23	15.008.0115-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, COMPREENDENDO:PREPARO, CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 50MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	30,00
6.24	15.008.0120-0	CABO DE COBRE FLEXIVEL COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, COMPREENDENDO:PREPARO, CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 70MM2, 450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	410,00
6.25	15.009.0150-0	CABO SOLIDO DE COBRE ELETROLITICO NU, TEMPERA MOLE, CLASSE 2, SECAO CIRCULAR DE 70MM2.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	15,00
6.26	15.036.0080-0	ELETRODUTO DE PVC ESPIRAL CORRUGADO, DIAMETRO DE 1", INCLUSIVECONEXOES E EMENDAS.FORNECIMENTO E INSTALACAO	EMOP	M	12,00

6.27	15.018.0510-0	ELETROCALHA PERFURADA, COM TAMPA, TIPO "U", 150X100MM, TRATAMENTO SUPERFICIAL PRE-ZINCADO A QUENTE, INCLUSIVE CONEXOES, ACESSORIOS E FIXACAO SUPERIOR.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	50,00
6.28	15.018.0506-0	ELETROCALHA PERFURADA, COM TAMPA, TIPO "U", 200X75MM, TRATAMENTOSUPERFICIAL PRE-ZINCADO A QUENTE, INCLUSIVE CONEXOES, ACESSORIOS E FIXACAO SUPERIOR.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	3,00
6.29	15.004.0102-1	INSTALACAO E ASSENTAMENTO DE BACIA SANITARIA INDIVIDUAL E VALVULA DE DESCARGA (EXCL. ESTES) EM PAVIMENTO ELEVADO, COMPREENDENDO:INSTALACAO HIDRAULICA COM 2,00M TUBO PVC 50MM, COM CONEXOES ATE A VALVULA E APOS ESTA ATE VASO, LIGACAO DE ESGOTO COM 3,00M DE TUBO DE PVC DE 100MM AOS TUBOS QUEDA E VENTILACAO, INCLUSIVE CONEXOES, EXCLUSIVE OS TUBOS QUEDA E VENTILACAO	EMOP	UN	1,00
6.30	15.045.0116-0	ABERTURA E FECHAMENTO MANUAL DE RASGO EM CONCRETO, PARA PASSAGEM DE TUBOS E DUTOS, COM DIAMETRO DE 1.1/4" A 2"	EMOP	M	1,50
6.31	15.003.0379-0	ASSENTAMENTO DE TORNEIRA(EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO APARELHO), INCLUSIVE MATERIAIS NECESSARIOS	EMOP	UN	2,00
<b>7. PINTURAS</b>					
7.1	17.018.0253-0	PINTURA COM TINTA LATEX SEMIBRILHANTE OU FOSCA, CLASSIFICACAOPREMIUM OU STANDARD, CONFORME ABNT NBR 15079, PARA INTERIOR OU EXTERIOR, SISTEMA TINTOMETRICO, INCLUSIVE LIXAMENTO, UMA DEMAIO DE SELADOR ACRILICO, UMA DEMAIO DE MASSA ACRILICA E DUAS DEMAOS DE ACABAMENTO	EMOP	M2	38,85
7.2	17.017.0240-0	PINTURA DE RODAPES COM DUAS DEMAOS, DE ALTA CLASSE, DE ESMALTESINTETICO ALQUIDICO, ALTO BRILHO, BRILHANTE, ACETINADO OU FOSCO, SOBRE MADEIRA NOVA, SOBRE SUPERFICIE PREPARADA CONFORME OITEM 17.017.0100, EXCLUSIVE ESTE PREPARO	EMOP	M	53,75
7.3	17.017.0100-0	PREPARO DE MADEIRA NOVA, INCLUSIVE LIXAMENTO, LIMPEZA, UMA DEMAIO DE VERNIZ ISOLANTE INCOLOR, DUAS DEMAOS DE MASSA PARA MADEIRA, LIXAMENTO E REMOCAO DE PO, E UMA DEMAIO DE FUNDO SINTETICONIVELADOR	EMOP	M2	3,76
<b>8. APARELHOS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS, ELÉTRICOS, MECÂNICOS E ESPORTIVOS</b>					
8.1	18.027.0476-0	LUMINARIA DE SOBREPOR, FIXADA EM LAJE OU FORRO, TIPO CALHA, CHANFRADA OU PRISMATICA, COMPLETA, COM LAMPADA LED TUBULARDE 2 X 18W. FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	9,00
8.2	18.009.0105-0	TORNEIRA PARA LAVATORIO,DE MESA,ACIONAMENTO HIDROMECHANICO COM LEVE PRESSAO MANUAL E FECHAMENTO AUTOMATICO,ACABAMENTO CROMADO.FORNECIMENTO	EMOP	UN	2,00
8.3	18.005.0015-0	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, PADRAO MEDIO LUXO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	3,00
8.4	18.030.0007-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 30000 BTU/H COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR(VIDE INSTALACAO,ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005).FORNECIMENTO	EMOP	UN	4,00
8.5	18.030.0003-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 18000 BTU/H COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR(VIDE INSTALACAO,ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005).FORNECIMENTO	EMOP	UN	2,00
8.6	18.030.0001-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 9000 BTU/H COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR(VIDE INSTALACAO,ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005).FORNECIMENTO	EMOP	UN	1,00

8.7	18.030.0001-0	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT 9000 BTU/H COMPREENDENDO 1 CONDENSADOR E 1 EVAPORADOR(VIDE INSTALACAO,ASSENTAMENTO E INTERLIGACOES FAMILIA 15.005).FORNECIMENTO	EMOP	UN	3,00
8.8	18.005.0013-0	PORTA PAPEL HIGIENICO EM PLASTICO ABS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	3,00
8.9	18.005.0012-0	PORTA-TOALHA DE PAPEL EM PLASTICO ABS.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	3,00
8.10	18.005.0010-0	SABONETEIRA EM PLASTICO ABS, PARA SABONETE LIQUIDO.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	UN	3,00
8.11	18.002.0085-0	BACIA SANITARIA DE LOUCA BRANCA,CONVENCIONAL,PADRAO MEDIO LUXO,INCLUSIVE ASSENTO PLASTICO PADRAO MEDIO LUXO,VALVULA DE DESCARGA DE 1.1/2" COM REGISTRO INTEGRADO,CORPO EM LATAO,ACABAMENTO DA VALVULA EM METAL CROMADO,TUBO DE LIGACAO,ANEL DE VEDACAO E ACESSORIOS DE	EMOP	UN	1,00
8.12	18.013.0123-0	SIFAO FLEXIVEL EM PVC,DE 1"X40MM,PARA PIA OU LAVATORIO.FORNECIMENTO	EMOP	UN	1,00

### 3.3. Informações complementares

3.3.1. Os serviços devem ser executados em conformidade com os elementos técnicos que compõem o volume do projeto e com a utilização de materiais e equipamentos de primeira qualidade. Entende-se como de “primeira qualidade” a graduação superior quando existirem diferentes graduações de um mesmo produto.

3.3.2. Serão rigorosamente obedecidas as Normas Técnicas, Métodos e Especificações aprovadas ou recomendadas pela ABNT e pelas Concessionárias de Serviços Públicos, doravante denominados “Normas”. Serão como as Especificações Gerais e Particulares estabelecidas neste caderno para estes serviços.

3.3.3. Visando não causar acidentes e transtornos, os locais onde forem executados os serviços deverão ser mantidos organizados e limpos, com ações diárias neste sentido. Os materiais e equipamentos não utilizados deverão ser removidos pela CONTRATADA. O acúmulo, depósito e a retirada de material deverão seguir as normas municipais de horários, tráfego e limpeza urbana.

3.3.4. Visando evitar acidentes de trabalho, deverão ser sempre adotadas as medidas de proteção mencionadas nas Normas Legais de Segurança em Serviços de Construção do Ministério do Trabalho.

3.3.5. A futura CONTRATADA se baseará nas normas de Segurança e Medicina do Trabalho que estão amparadas pela Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77 e pela Portaria do Ministério do Trabalho nº. 3.214, 08/06/78 que aprova as Normas Regulamentadoras – NR na qual se destacam as NR: 1, 6, 8, 10, 18, 26 e 35, relativas a obras e serviços de engenharia.

3.3.6. As descrições dos serviços da planilha foram extraídas prioritariamente do Banco de Dados da Empresa de Obras Públicas – EMOP, atualizada em ref. dezembro/2025.

3.3.7 Os valores do BDI são tabelados pela Tabela Referência de Custos do EMOP, e variam conforme o valor do serviço id.125264977.

3.3.8. A planilha orçamentária não preenchida e a planilha do BDI sem preenchimento estão no id.125265549

3.3.9. A contratação de empresa para execução de serviços inclui o fornecimento de materiais, mão de obra e garantia do serviço.

3.3.10. Garantia dos serviços: A garantia dos serviços terá prazo irredutível de 05 (cinco) anos, conforme

preconiza a lei, pela solidez e segurança do trabalho, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo do serviço.

### **3.4. Definição da natureza do serviço**

#### **a) Serviço comum**

O serviço a ser contratado possui natureza comum em razão de uma série de aspectos:

a) o serviço a ser realizado pela contratada é de baixa complexidade envolvendo reparos, sendo certo que os padrões técnicos e a qualidade do serviço são objetivamente projetados em planilhas de custos;

b) as especificações técnicas existentes (nelas contempladas as descrições do material/mão de obra e as unidades de medida) são quantificadas do mesmo modo como o mercado trabalha, e, por isso, há um amplo espectro de fornecedores que poderá, em tese, prestar o serviço;

Todas essas características reforçam que o serviço é comum.

#### **b) Serviço por escopo**

A contratação possui caráter não continuado. O serviço analisado tem natureza por escopo, sendo finalizado com a entrega definitiva dos reparos contratados.

#### **c) Serviço sem disponibilização de funcionários da contratada de forma continuada**

Pelo tipo de serviço a ser contratado, não há necessidade de mão de obra residente.

## **4. DESENHO DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Forma de execução da contratação**

#### **4.1.1. Prazo e local de execução**

4.1.1.1. Os serviços serão realizados no 9º pavimento do prédio Sede da SEPOL, localizado na Rua da Relação nº42, Centro.

4.1.1.2. Sugere-se que o horário de execução dos serviços seja em horário comercial, desde que observadas as normas de segurança e demais leis relativas à legislação urbana para o local, além de previamente acordado com a Fiscalização.

4.1.1.3. O prazo de execução dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de início de serviço expedida pela DLOG/SE (de acordo com o cronograma físico-financeiro - id. 125264977).

4.1.1.3.1. O prazo poderá ser prorrogado caso seja devidamente justificado. A autorização só será realizada após a assinatura do contrato e da publicação do instrumento.

### **4.2. Informações contratuais**

#### 4.2.1. Duração do contrato

Sugere-se que o contrato tenha a duração de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação, contemplando-se nesse prazo a execução e conclusão do serviço, bem como a sua entrega definitiva.

O contrato poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, quando observadas as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

#### 4.2.2. Reajustamento de preços

Por se tratar de contratação por escopo, **não** haverá a princípio a aplicação de reajuste de preços para a contratação.

No entanto, como forma de contingência (uma vez que há situações que ocorrem durante a vigência do contrato, necessitando de prorrogação do prazo de vigência), sugere-se que caso o contrato não tenha sido concluído após o interregno de um ano (a contar da data da apresentação do orçamento), o índice a ser aplicado será o índice de reajustamento da EMOP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

$PR = (I / I_0) \times P_0$ , onde:

PR = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

$I_0$  = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP-RJ, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

$I$  = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP-RJ, código 05.100 (índice geral da construção civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

$P_0$  = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela empresa Contratada.

Dessa forma, os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irrealizáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses. Após esse período, caso o contrato permaneça vigente, poderá a empresa CONTRATADA fazer jus ao reajuste segundo o índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP indicado acima.

Nesse sentido, são os entendimentos atualizados do TCU sobre contratações por escopo (Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara e o Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário), tendo também sido utilizado como boas práticas o parecer da Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos (nº 00004/2019/CPLC/PGF/AGU), acessado no site <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/arquivos/PARECERN000042019CPLCPGFAGU.pdf>

#### 4.2.3. Garantia financeira

Considerando o valor da contratação e a existência de garantia técnica do objeto, concluiu-se que a empresa contratada deverá apresentar comprovante de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades, conforme previsto no art. 96 § 1º da Lei 14.133/2021.

##### 4.2.3.1. Da cláusula de Retomada

Ao contratado é permitido optar pela modalidade de garantia conforme art.96 §1º da lei 14.133/2021.

No inciso II, art.96 da lei 14.133/2021 prevê a modalidade a possibilidade do seguro garantia, incluindo a possibilidade da cláusula de retomada nas condições dos seguros garantia que tenham por objeto a garantia de obrigações relacionadas a contratos de grande vulto.

Art. 99. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art.102, desta Lei, em percentual equivalente a até 30%

(trinta por cento) do valor inicial do contrato.

De acordo com o previsto o art. 99 da lei 14.133/202, são consideradas de grande vulto as obras, serviços e/ou fornecimentos cujo valor total estimado supere o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) (art. 6º, inciso XXII) e a importância segurada das apólices deve corresponder a 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato.

A presente demanda trata-se de serviço comum de engenharia, desse modo, sugere-se a não aplicabilidade do direito de retomada na presente demanda, devido ao valor e a natureza comum do mesmo.

#### **4.2.3.2. Da cláusula de Matriz de Riscos**

Na nova lei de licitações, a Matriz de Risco, é conceituada no artigo 6º, inciso XXVII, como cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

Trata-se de, na fase do planejamento, tentar prever os fatos que, se virem a ocorrer, possam desequilibrar econômica e financeiramente o contrato, definindo antecipadamente as responsabilidades das partes.

A Lei 14.133/2021 estabelece que a utilização da Matriz de Riscos é de modo geral facultativa, sendo, no entanto, obrigatória nas contratações de grande vulto e também nas contratações integradas e semi-integradas.

A presente demanda trata-se de serviço comum de engenharia, desse modo, sugere-se a não aplicabilidade do uso da matriz de risco na presente demanda, devido ao valor e a natureza comum do mesmo.

#### **4.2.4. Critérios e práticas de sustentabilidade**

A deterioração sofrida pelo meio ambiente, decorrente das atividades humanas, é uma preocupação que se faz presente no cotidiano das pessoas em todo o mundo.

Desta forma, os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o Decreto Estadual nº 43.629/12, bem como as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto Federal nº 7.746/2012, no que couber (à título de boas práticas).

Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Governo do Rio de Janeiro, bem como da SEPOL, voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas a seguir: Descarte de entulhos em aterros controlados; Utilização – MTR e CTR no transporte de material (entulho e descartes); Utilização de empresas certificadas; Separação dos resíduos por classes A, B, C e D; Economia de energia; Economia de água e sua reutilização; Reciclagem de lixo; Redução na utilização e aquisição dos compostos em hidrocarbonetos aromáticos Classe D; Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

Além disso, cabe à CONTRATADA realizar práticas sustentáveis de manejo dos recursos renováveis, a redução dos resíduos e poluições, a utilização de energia e materiais eficientemente, empregando equipamentos mais modernos e adequados às normas e preservação ambiental.

#### **4.2.5. Forma de pagamento**

Em consonância ao disposto no cronograma físico-financeiro id.125264977, entende-se que a forma de pagamento deverá ser parcelada.



A CONTRATADA fará jus aos serviços efetivamente executados, após período determinado no cronograma físico-financeiro ser feito da seguinte forma:

O cronograma físico financeiro dos serviços possui a seguinte previsão (total: 30 dias):

ITEM	DESCRIÇÃO	MÊS 1	Total parcela
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00 %	100,00 %
2	TRANSPORTES	100,00 %	100,00 %
3	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	100,00 %	100,00 %
4	REVESTIMENTO DE PAREDES, TETOS E PISOS	100,00 %	100,00 %
5	ESQUADRIAS DE PVC, FERRO, ALUMÍNIO OU MADEIRA, VIDRAÇAS E FERRAGENS	100,00 %	100,00 %
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E MECÂNICAS	100,00 %	100,00 %
7	PINTURAS	100,00 %	100,00 %
8	APARELHOS HIDRÁULICOS, SANITÁRIOS, ELÉTRICOS, MECÂNICOS E ESPORTIVOS	100,00 %	100,00 %
9	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	100,00 %	100,00 %

Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente mantida em instituição financeira contratada pelo Estado do Rio de Janeiro, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até assinatura do contrato.

O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Para fins de pagamento, as notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela Contratada em inteira conformidade com as exigências legais contratuais, especialmente as de natureza fiscais, e encaminhadas a Divisão de Orçamento e Execução de Finanças / Serviço de Execução Financeira, através dos e-mails [pagamentosaf@pcivil.rj.gov.br](mailto:pagamentosaf@pcivil.rj.gov.br) , para o efetivo pagamento, previamente atestada pelos fiscais da contratação.

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal e/ou documento por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

#### 4.2.6. Possibilidade de subcontratação

Conforme manifestação da equipe técnica, id. 118781813, vislumbra-se a possibilidade de subcontratação de parte dos serviços a serem executados, sendo eles os itens 5.1; 5.2; 5.3 e 5.5 da planilha orçamentária de id. 125264977 não ultrapassando o limite máximo de 20% do objeto .

#### **4.2.7. Possibilidade de participação de consórcio**

A participação de consórcio tem por objetivo não frustrar a competitividade. Em razão da baixa complexidade do objeto, entende-se que não há motivação para participação de empresas em regime de consórcio.

#### **4.2.8. Possibilidade de participação de cooperativas**

Considerando que para o desempenho dos serviços de engenharia envolvidos na contratação, há a presunção de subordinação dos trabalhadores que os realizam perante a empresa, em conformidade à Orientação Normativa nº 08 da PGE-RJ, não será admitida a participação de cooperativa na presente contratação.

#### **4.2.9. Regime de execução**

O regime de execução da presente contratação será o de empreitada por preço global, por se tratar de preço certo e total.

A justificativa técnica para a escolha do regime deve-se ao fato de o serviço em análise possuir um escopo pequeno, sendo possível prever com boa margem de precisão a quantidade dos materiais que serão empregados, assim como os serviços a serem executados.

#### **4.2.10 Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas e transição contratual**

O objeto deste termo não requer a transferência de conhecimento ou tecnologia.

#### **4.2.11. Das Infrações e Sanções Administrativas**

a) A contratada se submeterá ao regime de sanções previsto na Lei nº 14.133/2021.

b) No tocante à multa compensatória, espécie de cláusula penal que visa pré-definir as perdas e danos em caso de inadimplemento absoluto e rescisão do Contrato, servindo como uma antecipação caso o valor indenizatório que vier a ser apurado for maior do que a multa compensatória estabelecida, a mesma está prevista no parágrafo único, do art. 162 da Lei nº 14.133/21, segundo o qual *“A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei”*.

c) Conforme disposto em nota explicativa da minuta-padrão de contrato de aquisição da Procuradoria Geral do Estado - PGE, o percentual da referida multa deverá ser definido pelo Administrador, no caso concreto, sendo o seu valor-limite aquele previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

d) Considerando-se que o valor máximo da multa moratória é de 30% do valor contratual, tem-se que o parâmetro a ser utilizado pelo gestor varia entre 30% e 100%.

e) Considerando as possibilidades de combinação entre probabilidade e impacto relativas ao chamado risco ocupacional, temos as tabelas de referência a seguir.

**Tabela - Escala qualitativa de classificação**

Escala qualitativa de classificação	
Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

**Tabela - Matriz probabilidade x impacto**

Probabilidade (P)	15	75	150	225
	10	50	100	150
	5	25	50	75
	Impacto (I)			

f) Considerando-se os cenários possíveis de nível de risco, estabelece-se o percentual de incidência da multa compensatória nos seguintes patamares:

**Tabela - Risco x Percentual**

Risco	Percentual da Multa Compensatória
25	30%
50	40%
75	50%
100	60%
150	70%
225	80%

g) Considerando o mapa de riscos (84003805) e os cenários possíveis de nível de risco (R5 e R6), sugere-se o percentual de 40% (quarenta por cento) do valor contratado, a ser ratificado pelo Ordenador de Despesas.

h) Ressalta-se que a aplicação da multa não exclui as demais penalidades previstas na Lei 14.133/21.

### 4.3. Seleção do fornecedor

#### 4.3.1. Regime de contratação

O regime de contratação será o previsto na Lei Federal nº 14.133/21, que instituiu as normas para licitações e contratos da Administração Pública.

O regime de execução será o de empreitada por preço global. (art. 6º, XXIX, da Lei nº 14.133/2021).

#### **4.3.2. Âmbito da licitação**

Sabendo-se que o objeto a ser adquirido é matéria comum no mercado nacional, sendo produzido e comercializado por um vasto número de empresas e fornecedores, a equipe de planejamento assente que a licitação será em âmbito nacional.

#### **4.3.3. Orçamento sigiloso ou público**

O art. 24 da Lei 14.133/21 estabelece que:

"Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas (...)"

Nesse sentido, observa-se que o orçamento sigiloso não é a regra, mas sim uma exceção que deve ser utilizada em situações justificadas.

Cabe destacar que a prática do orçamento sigiloso pode gerar questionamentos quanto à transparência; dificultar a negociação eficiente; levar a licitações frágeis, sem os filtros de capital ou patrimônio; deformar condições de competição e afastar concorrentes legítimos. Desta forma, sugere-se que o orçamento da presente da contratação não seja sigiloso.

#### **4.3.4. Forma e critérios de seleção**

##### **a) Modalidade de licitação**

Considerando a pluralidade de fornecedores para o objeto em tela, o fornecedor será selecionado através de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

##### **b) Modo de Disputa**

Em relação ao modo de disputa da licitação, em prestígio ao princípio da publicidade e considerando que a divulgação em aberto dos lances permite aos demais concorrentes oferecer lance sucessivo, a fim de cobrir a proposta de menor preço, a equipe de planejamento entende que o modo de disputa que poderá viabilizar maior competitividade será o aberto n/f do estabelecido no artigo 56, inciso I da Lei 14.133/21.

##### **c) Proposta de preços**

Sugere-se que o prazo de validade das propostas seja de 60 (sessenta) dias corridos, na forma do art. 22 do Decreto nº 48.778/23.

#### **4.3.5. Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, a relação será inserida no Termo de Referência, em atendimento ao que preconiza o art. 62, da Lei nº 14.133/21.

#### **4.3.6. Qualificação Técnica**

Consoante ao previsto no art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando a natureza do serviço a ser contratado, para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

Justificando-se a exigência, tendo em vista que através do(s) referido(s) documento(s), a Administração pode verificar se a empresa licitante retém de experiência anterior e possui os requisitos operacionais para a perfeita execução do contrato.

Portanto, para fins de comprovação de qualificação técnica, deverá ser apresentado:

a. Comprovação de aptidão para a prestação de serviços, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na seguinte forma:

a.1. Comprovação da experiência mínima de 20% na execução das parcelas de maior relevância do objeto: 6 (Instalações Elétricas, Hidráulicas, Sanitárias e Mecânicas), 8 (Aparelhos Hidráulicos, Sanitários, Elétricos, Mecânico e Esportivos) e 4 (Revestimentos de Paredes, Tetos e Pisos), sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

a.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

a.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, resultando na comprovação de capacidade técnicooperacional de uma única contratação.

a.4. Em caso de dúvida fundada suscitada pelo pregoeiro, a Administração poderá solicitar ao licitante, em diligência complementar, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

b. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica ou termo de responsabilidade técnica, por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação, na forma do inciso I, do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

b.1. Entende-se por características semelhantes as seguintes:

b.1.1. Para Arquiteto, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista: conforme parcela de maior relevância: 6 (Instalações Elétricas, Hidráulicas, Sanitárias e Mecânicas), 8 (Aparelhos Hidráulicos, Sanitários, Elétricos, Mecânico e Esportivos) e 4 (Revestimentos de Paredes, Tetos e Pisos).

b.2. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

c. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

d. Será admitida a substituição do profissional responsável durante a execução do contrato.

#### **4.3.7. Qualificação Econômico-financeira**

Com o intuito de avaliar a saúde financeira da empresa, para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

b) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.2) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

c.2.1) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

c.3) Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da lei nº 5.764 de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

c.4) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

d) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção d índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d.1) Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

d.2) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**4.3.8. Da vistoria técnica**

É facultado ao licitante comparecer fisicamente aos locais da execução do objeto contratual com a finalidade de

vistoriá-los em conjunto com os eventuais equipamentos existentes, tomando ciência de suas características, material utilizado, estado de conservação e eventual necessidade de substituição de peças para a perfeita execução dos serviços objeto desta licitação.

O licitante, quando da visita física para a realização da vistoria técnica, deverá estar munido de 2 (duas) vias da Declaração de Realização de Vistoria, devendo o representante legal da licitante assiná-lo e solicitar a assinatura do servidor do órgão licitante responsável pelo acompanhamento da vistoria na via que lhe será devolvida, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

A opção pela visita física para a realização de vistoria técnica constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições de execução contratual como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato, atrasos em sua implementação ou alterações do objeto contratual.

Nessa hipótese, como alternativa possível, admite-se a apresentação de declaração do licitante no sentido de que conhece os detalhes do objeto contratual (situação atual dos locais, eventuais equipamentos e extensão dos serviços), assumindo a responsabilidade por eventuais problemas na sua execução. Essa Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual deverá ser elaborada de acordo com o modelo em anexo, devendo o representante legal da licitante assiná-lo, devendo ser entregue pelo licitante vencedor em conjunto com os documentos de habilitação.

O agendamento para a realização de vistoria técnica poderá ser feito com o seguinte órgão: DLOG/SE (Serviço de Engenharia e Manutenção), através do telefone (21) 3132-3012, (21) 98596-7537, (21) 98596-7202 ou e-mail [sspedgaf@pcivil.rj.gov.br](mailto:sspedgaf@pcivil.rj.gov.br), solicitado até 2 (dois) dias úteis do início do período das propostas.

A vistoria técnica deverá ser agendada pelo órgão da Administração, isoladamente, em datas e horários distintos, de forma a impedir a reunião dos diversos interessados em participar da licitação.

## **5. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE**

### **5.1. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

Na presente demanda não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

### **5.2. Capacitação de pessoal**

Na presente demanda não há que se falar em capacitação de pessoal .

### **5.3. Proposta de cronograma de atividades e seus responsáveis**

Os serviços de reparos e adequação serão executados durante ou após o horário de expediente do trabalho, não sendo necessária a instalação provisória dos servidores e colaboradores em outro prédio, ou paralisação temporária das atividades laborais.

## **6. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO**

Nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas no presente estudo DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

## 7. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO			
ID	Email/Telefone	Nome e Cargo do Servidor	Lotação
5.133.294-9	felipemeneses@pcivil.rj.gov.br (21) 3132-30139	Felipe Mesquita de Meneses Assistente / Integrante Técnico (Engenheiro civil, CREA-RJ 2021107532)	SE/DLOG/DGAF
4.400.038-3	danielmmoura@pcivil.rj.gov.br / 21-2332.9933	Daniel Moreira de Moura Assistente / Integrante Requisitante e Técnico (Arquiteto CAU A29214-1)	SE/DLOG/DGAF
5.102.943-0	jbarros@pcivil.rj.gov.br / 21- 2332.993	José Durval da Silva Barros Assistente / Integrante Requisitante e Técnico	SE/DLOG/DGAF
5.127.526-0	tbarbosa@pcivil.rj.gov.br	Thatyane Marques de Carvalho Barbosa Assistente / Integrante Administrativo	DPC/DGCC

São responsáveis técnicos: **Felipe Mesquita de Meneses (Engenheiro civil CREA-RJ 2021107532)**, **Daniel Moreira de Moura (Arquiteto CAU/RJ A29214-1)**.

## ANEXOS

Integram o presente ETP os seguintes Anexos:

Anexo I - Relatório de vistoria - 125270664

Anexo II - Orçamento Completo Desonerado - 125264977

Anexo III - Orçamento Completo Onerado - 125264977

Anexo IV - Orçamento e BDI em branco - 125265549

Anexo V - Relatório de Instalações elétricas - 82739809

Anexo VI - Especificações técnicas - 82740645



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Mesquita de Meneses, Assistente II**, em 10/04/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Moreira de Moura, Assistente II**, em 10/04/2026, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Durval da Silva Barros, Assistente II**, em 10/04/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **THATYANNE MARQUES DE CARVALHO BARBOSA, Assistente II**, em 11/04/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **125255373** e o código CRC **255217B7**.



Rua da Relação, nº 42 - 12º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20231-014  
Telefone: - <https://www.policiaivil.rj.gov.br>